

Parecer nº 195/99

Data: 1999.11.17

Processo nº 759

Requerente: Maria Manuela Simões de Carvalho Lopes.

1 - O pedido

Maria Manuela Simões de Carvalho Lopes, identificada no processo, requereu ao Hospital Garcia de Orta informação sobre a causa da morte de seu marido, Manuel Monteiro Lopes, falecido em 24 de Julho de 1999.

Nos termos do artigo 15º, nºs 2 e 4, da Lei do Acesso aos Documentos da Administração (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, conhecida pela sigla LADA), na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho (redacção que se terá em conta em todas as citações que dela a seguir se fizerem), o referido hospital solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre a possibilidade de revelação da documentação em causa.

A fundamentar o pedido a requerente alega destinar-se a informação pretendida a “efeitos de Finanças e Companhia de Seguros”.

2 - Os factos

Consideram-se provados os alegados vínculo conjugal e falecimento através de fotocópias (que se juntaram ao processo) de certidões do registo de nascimento do referido Manuel Monteiro Lopes e do assento do seu casamento com a requerente, das quais também consta o averbamento do óbito daquele.

Também se considera assente o facto de que a requerente necessita de aceder ao mencionado documento para fazer valer direitos decorrentes de um seguro de vida.

3 - O Direito

3.1. Em relação aos documentos nominativos, isto é, aos documentos administrativos que contenham dados pessoais cf. o artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)*, da LADA, como são, em regra, os relatórios médicos, é permitido o seu acesso ao titular desses dados, sem necessitar, sequer, de invocar um interesse ou motivo (cf. artigo 8º, nº 1, da LADA). Já o acesso de terceiros a tais dados só é permitido desde que sejam, cumulativamente, satisfeitas as seguintes condições:

- Demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2, da LADA);
- Obtenção de parecer favorável da CADA cf. artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea *c)*, da LADA.

3.2. A CADA entende que a requerente tem interesse directo, pessoal e legítimo no acesso à documentação relativa ao falecimento de seu marido. Mas o grau de acesso deve ter em conta a finalidade do mesmo. No caso vertente, visa-se a ulterior entrega a terceiros, pelo que o acesso deve ser proporcionado e adequado a tal circunstância.

4 - Parecer

Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea *c)* do nº 1 do artigo 20º da LADA, que o acesso pretendido por Maria Manuela Simões de Carvalho Lopes à mencionada documentação, arquivada no Hospital Garcia de Orta e relativa a seu marido Manuel Monteiro Lopes, se circunscreva ao(s) documento(s) de que conste a causa da morte.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela citada Lei nº 94/99.

Envie-se cópia deste parecer à requerente e ao Hospital Garcia de Orta.

Aprovado na sessão da CADA de 17 de Novembro de 1999.

João Figueiredo (Relator) – José Magalhães – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)